



APRENDIZAGEM DE JOVENS E ADULTOS E EXCLUSÃO/INCLUSÃO¹

Emília Maria da Trindade Prestes
presteseamilia@yahoo.com.br

Maria de Fátima Fernandes Martins Catão
fathimacatao@uol.com.br

Universidade Federal da Paraíba

RESUMO: Neste estudo, dialoga-se com a Psicologia e a Educação, discute-se sobre exclusão/inclusão social e aprendizagem em contextos do vivido. Tomam-se como norte estudos anteriores realizados pelas autoras, referenciados pela alfabetização e escolarização continuadas de jovens e adultos e processos de exclusão/inclusão social. A dúvida que orienta o desenvolvimento do texto é se a alfabetização pode ser concebida como um benefício social e individual capaz de transformar realidades excludentes e promoção da inclusão. O texto está organizado com depoimentos de alunos da Educação de Jovens e Adultos, obtidos por meio de entrevistas, grupos focais e rodas de conversa, realizados em diferentes contextos escolares. Conclui-se que a aprendizagem alfabetizadora de jovens e adultos configura-se como possibilidade do indivíduo concretizar os seus desejos e as suas necessidades cotidianas, transformando-se em um ser social e humano mais digno, feliz e incluído socialmente.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem; alfabetização de jovens e adultos; exclusão/inclusão social.

EXCLUSION/INCLUSION AND YOUTH AND ADULT LEARNING

ABSTRACT: In this study, we dialogue with psychology and education, we discuss about social exclusion / inclusion and learning in contexts of living. Previous studies by the authors are taken as north, referenced by literacy and continuing education for youth and adults and processes of exclusion / inclusion. The question that guides the development of the text is whether literacy can be conceived as a social and individual benefit, capable of transforming exclusive realities and promoting inclusion. The text is organized with testimonials from students, obtained through interviews, focus groups and rounds of conversations, conducted in different school contexts. We conclude that the literacy learning of young people and adults is configured as a possibility of the individual achieve, their wishes and their everyday needs, becoming a social and human being more dignified, happy and socially included.

KEYWORDS: Learning; youth and adult literacy; social exclusion/inclusion.

¹ Agências de fomento: Capes / CNPq / Brasil.

Introdução

Em 2013, durante o XIII Encontro de Programas Universitários de Adultos organizado pela Universidade de Valencia, Beltrán, apoiando-se em um estudo realizado por Pastor y Peralta (2012), anuncia alguns dos benefícios provenientes da escolaridade, destacando a felicidade como aquilo predominante entre os sujeitos submetidos a processos educativos. Apesar desse posicionamento, o autor esclarece ser necessário distinguir entre a concepção de felicidade atrelada à “ideologia da felicidade”, amparada nas “falsas necessidades do consumo”, daquela felicidade associada à autonomia dos seres humanos, em seus processos incessantes de reconstrução de sentido e busca de humanização (BELTRÁN, 2013, p.116-117).

Nesse direcionamento, que relaciona a educação com a humanização do ser, já não se pode prescindir da aprendizagem escolar, seja pelas exigências do sistema social, seja pelas possibilidades que esta propicia na ampliação da autonomia dos espaços de cidadania, inclusão social, reconstrução de sentido do mundo, expansão humana.

Entretanto, apesar da educação ser um requisito fundamental para as vivências contemporâneas, nem todas as pessoas conseguem ter acesso às aprendizagens escolares e nem todas as aprendizagens a que estas são submetidas geram expansão/emancipação humana ou felicidade. Isso ocorre como já comentado, quando os benefícios das aprendizagens, os “benefícios não monetários” (BELTRÁN, 2013), oportunizam as pessoas sair do “imaginário dominante” e encontrar alternativas para alcançar novas dimensões do viver. Trata-se, portanto, de uma aprendizagem direcionada para o desenvolvimento/emancipação humana ou que contempla as necessidades daquelas pessoas submetidas a diferentes situações de exclusões (BELTRÁN, 2014).

No caso das exclusões provenientes do analfabetismo, já não é novidade reconhecer as suas consequências, todas relacionadas com as condições desiguais, o desemprego, a desfiliação, a baixa autoestima, o isolamento, o desconhecimento e as situações provocadoras de infelicidade. O que esta escolaridade pode assegurar às pessoas jovens e adultas, e à alfabetização em termos de expansão humana e inclusão social? O que impulsiona uma pessoa jovem ou adulta a ingressar em cursos de alfabetização ou educação continuada em termos de emancipação e superação de situação de exclusão?

Pensa-se que é possível afirmar que, quando uma pessoa jovem ou adulta decide ingressar em uma escola para ser alfabetizada ou dar continuidade aos seus estudos, existem desejos e intenção de concretizar necessidades individuais, quase sempre

manifestadas no cotidiano ou no vivido. Será o próprio indivíduo quem decide aprender, cabendo a ele descobrir as circunstâncias humanas que permeiam seus desejos e motivações. Será ele quem detecta suas necessidades e o contexto produtor e produto dessas necessidades, e aqui denominada de exclusão. Ele, o indivíduo, quem configura suas necessidades e os possíveis benefícios a serem alcançados.

Feitas estas considerações, podemos, agora, perguntar se os processos de aprendizagens escolares vivenciadas por jovens e adultos de pouca ou nenhuma escolaridade podem ser concebidos como ações educativas de inclusão; se, na interpretação da distribuição dos bens provenientes da educação escolar, a alfabetização de pessoas jovens e adultas pode ser considerada um benefício social e individual capaz de transformar realidades; e, não sendo a alfabetização um bem educativo suficientemente capaz de gerar competitividade na sociedade da informação e comunicação, qual a intencionalidade – ou necessidades – destes jovens e adultos para aprender a ler e escrever? Serão esses processos de aprendizagens condições para gerar processos de inclusão, tidos como a concretização de desejos e de motivação (fenômeno que possibilita desfrutar e viver o cotidiano com maior satisfação e humanização de existência)?

Estas questões orientam o desenvolvimento deste texto e reúne resultados de investigações das autoras sobre alfabetização, escolaridade e inclusão social dos jovens e adultos. Seus focos analíticos centram-se na psicologia e na educação, campos de estudos específicos de ambas. A sua organização foi acompanhada e ilustrada com amostras de depoimentos prestados por pessoas jovens e adultas dos programas *Brasil Alfabetizado* e *Fazendo Escola*, e de outras experiências de alfabetização em oferta nas instituições escolares públicas de João Pessoa/PB, por meio de entrevistas, grupos focais e rodas de conversas, entre os anos 2010 e 2014. Em síntese, a ideia é refletir sobre a relação entre aprendizagem, satisfação das necessidades cotidianas, e processos de inclusão de jovens e adultos.

Inclusão/exclusão social

A exclusão social é produto de um sistema socioeconômico, político e cultural, e, como tal, não se explica simplesmente pelas características dos indivíduos ou das instituições sociais. Ela é fruto da interação entre dois elementos constitutivos do sistema de exclusão, os indivíduos e as instituições sociais, e de toda a complexidade dessa relação (CATÃO, 2001, 2005). O período de passagem entre *exclusão* e *inclusão*, que

deveria ser transitório, vem se transformando num modo de vida permanente e criando uma sociedade paralela, que é includente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político (MARTINS, 1997, p. 33 e 34; NEUHOLD, 2005, p. 14-16).

O conjunto de todos esses processos afeta o indivíduo nas suas relações econômicas e sociais, bem como na sua dignidade humana, uma vez que racionalidade e autonomia se constituem elementos fundamentais do viver sem sofrer qualquer discriminação. Sobre esse assunto, comenta Siqueira (s/d, p.1) que dignidade humana é algo complexo e associado à ideia de justiça, uma vez que é a dignidade humana quem “dita a condição superior do homem como ser de razão e sentimentos”. Assim sendo, é “algo inerente à vida e um direito que precede ao Estado” (SIQUEIRA, s/d, p.1) e que é convergente com a “felicidade do ser humano” (SIQUEIRA, op.cit, p.1).

Ninguém duvida que a exclusão social seja um problema social extremamente complexo, que se insere no contexto das configurações de sociedades desumanas, culturas desumanas, relações desumanas. Portanto, trata-se de um fenômeno inserido na cultura da desigualdade social, do desrespeito às diferenças, das relações de poder, da injustiça, da falta de solidariedade; da redução do espaço de igualdade e do afrontamento à expansão humana (CATÃO, 2001; 2007; 2013; CATÃO& SAWAIA, 2007).

Como fenômeno persistente, apresenta consequências múltiplas na formação social e nas condições de vida individuais e grupais, nem sempre relacionadas às condições econômicas das pessoas submetidas a esses processos excludentes. Assim, tanto se pode falar da exclusão/inclusão social caracterizada pela posição social que o sujeito ocupa no mundo, falta de apoio, por parte do Estado, para que este indivíduo possa atender as suas condições mínimas de uma vida saudável, de vivenciar processos de sociabilidades com os demais seres humanos, de usufruir dos bens culturais produzidos socialmente, como, também, de desfrutar de forma prazerosa das relações socioafetivas – o olhar de si para o mundo e o olhar do mundo para si.

Assim, a inclusão/exclusão também pode ser percebida como o comportamento que se manifesta no olhar da sociedade e no olhar do outro, como fonte de impedimento e/ou de aceitação do indivíduo. Comportamentos que geram em um indivíduo recuo frente aos demais, ou que lhe bloqueiam para uma maior aceitação de si próprio. No contexto escolar ou da aprendizagem escolar, a inclusão/exclusão manifesta-se como um fenômeno com ampla repercussão na dignidade humana, estando associada aos fatores

sociais e econômicos e culturais, como, também, ao próprio processo escolar – as condições intrínsecas de aprendizagens – todos geradores de sentimentos de alta/baixa autoestima e pertencimento.

Como já se sabe, na atual sociedade da informação e do conhecimento, os processos de escolarização e de aprendizagem são requisitos presentes para excluir/incluir indivíduos e grupos em diferentes esferas, afetando, de forma diferenciada, a felicidade e a dignidade humana das pessoas. As análises sobre a exclusão/inclusão ou sobre os seus processos requerem estudos e interpretações envolvendo diferentes áreas do conhecimento e múltiplas manifestações das relações sociais e psicológicas que se estabelecem em diferentes espaços da sociedade e da convivência humana.

Estas análises ainda necessitam de reflexões sobre as contradições do concreto real e sobre as diferenças que dão amplitude, compreensão e significado ao mundo, às coisas e às mudanças que se operam no seguir histórico do caminhar social e humano. Nesse caso, não se pode esquecer que a distinção vem marcando a história do caminhar social e humano e, apesar dos discursos mais humanizados em favor dos direitos das pessoas colocadas às margens dos benefícios socialmente produzidos, as diferenças ainda continuam presentes e legitimadas nas sociedades contemporâneas.

Aliás, até a metade do século passado, o termo que referenciava os estudos sociológicos e psicológicos sobre as pessoas que não se beneficiavam dos bens materiais e imateriais sociais era marginalidade social. O conceito de exclusão, atribuído a René Lenoir (1989), começou a ser repensado e substituído na década de 1990, agora com foco na existência de processos que conduzam os indivíduos a uma situação de precariedade e de sofrimento, provocada pela pobreza, pelas dificuldades de ser reconhecido pelo outro.

No Brasil, a problemática da exclusão encontra-se presente nas discussões acadêmicas e políticas, sobretudo no âmbito do trabalho e da educação. Desde os anos 50, até a metade dos anos de 80, os “excluídos” eram vistos como os grupos que não desfrutavam da prosperidade dos anos que se seguiram ao pós-guerra. Posteriormente, com a reestruturação produtiva e a crise do trabalho, a exclusão começou a ser considerada como algo estrutural; um fenômeno relacionado ao desemprego e à precariedade das relações de trabalho. Na atualidade, o termo exclusão se relaciona tanto aos aspectos econômicos como sociais e psicológicos, e diz respeito a grupos e indivíduos que não possuem as necessárias condições requeridas pela atual sociedade da informação e do conhecimento, e das grandes mudanças socioculturais, com vistas a abranger todos os espaços de necessidades e sofrimentos presentes nas vivências do ser.

Frequentemente, a exclusão, ou seu sentimento, situa-se no campo das necessidades ontológicas e subjetivas das pessoas, exigindo que estas adquiram condições de lutar e vencer contra os obstáculos que lhes causam dor e sofrimento. Nem sempre é fácil, uma vez que isso representa a necessidade de vivenciar os processos de aprendizagens e autoaprendizagens – alguns até dolorosos – em busca do seu autodesenvolvimento humano. Por isso, quando se diz que alguém é excluído, deve-se perguntar: “Excluído de quê?”, “Excluído de onde?”, “Excluído por quem?”, “Ser excluído de algum lugar implica a existência desse lugar”.

Situa-se, assim, a questão excluído/incluído numa relação dialética de afirmação/superação, na qual o excluído é o afastado, o desviado e o retirado, enquanto o inserido é o envolvido, o assimilado, o abrangido, o abraçado. Neste direcionamento, compreende-se a exclusão como negação da coesão social, deterioração da identidade dos indivíduos e grupos, desintegração e desorganização das relações sociais; ocultamento ou perda da dignidade humana.

No caso do analfabetismo, por exemplo, assumimos como legítimo ser esta causa e consequência de exclusão/inclusão, contribuindo para gerar ou evitar o desemprego, as ocupações de baixa renda e de baixo prestígio; a desinformação e o desconhecimento, e, ainda, o menosprezo do outro. Todas essas causas que são capazes de afetar a dignidade do indivíduo podem ser minimizadas por procedimento educativo, a exemplo da alfabetização e da escolarização, uma vez que os indivíduos, em suas vivências cotidianas, possuem necessidades distintas e nem todas elas relacionadas ao econômico.

Em outras palavras, nas complexas redes propiciadoras da exclusão/inclusão, existem mecanismos que funcionam como causadores de necessidades e de infelicidades de forma diferenciada em cada pessoa. Por isso, ao se falar nesta dialética da exclusão/inclusão, adota-se como central a ideia do indivíduo e das suas necessidades. A não satisfação dessas necessidades, não raramente causadoras de diferentes formas de exclusão, provoca, via de regras, dores e sofrimentos humanos e que são mascarados nas macroanálises econômicas e políticas, transformando o indivíduo em um anônimo enquadrado nas frias estatísticas. Não se desconhece, entretanto, que este indivíduo anônimo é parte integrante de um conjunto maior de pessoas, ou seja, de uma coletividade mundial.

O que estamos considerando é que quando se captura a exclusão como sofrimento humano e perda de dignidade individual nas mais diversas formas, recupera-se o sujeito

perdido nas relações econômicas e políticas nas quais está inserido, sem, entretanto, perder o coletivo. Comenta Sawaia, que é no indivíduo em que se objetivam as diversas relações de exclusão, como carência, emoção e necessidade do eu (SAWAIA, 2006). Deixar de perceber a exclusão por essas emoções que se objetivam nos indivíduos é assumir certo descompromisso com o sofrimento do ser humano, e esse sofrimento não tem a gênese em si mesmo, mas nas suas relações com o outro e com o mundo.

Por isso, a alfabetização coloca em pauta tanto a questão da justiça social e a possibilidade de participação social, como, também, a possibilidade de satisfação de necessidades psicológicas, algumas localizadas e vistas como benefícios subjetivos. Benefícios relacionados a uma vida mais feliz e satisfatória; uma ação capaz de propiciar “a construção da humanidade do ser humano” (SOUZA, 2002). E assim se pergunta: Quais os benefícios propiciados pelos programas de alfabetização destinados às populações jovens e adultas de pouca ou nenhuma escolaridade? Suas ações educativas podem ser concebidas como ações inclusivas?

Aprendizagem alfabetizadora

As pessoas jovens e adultas, quando decidem ingressar ou regressar nas instituições educativas com vistas a aprender a ler e escrever, criam expectativas de que seus estudos lhes permitirão satisfazer necessidades e objetivos capazes de mudar as condições existenciais cotidianas. É a partir dessa aprendizagem inicial que o indivíduo pode projetar outros ideais educativos de desenvolvimento integral. Trata-se, assim, de uma ação de aprendizagem voltada para o fortalecimento da dignidade humana. Quanto à aprendizagem – aqui concebida como o domínio da alfabetização, algumas correntes teóricas explicam que seus mecanismos funcionam por meio de um sistema complexo constituído por componentes sociais, biológicos, psicológicos ou mentais. (BRANSFORD; BROWN; COCKING, 2007; SOLSO, 2004; GARCIA, 2000 GONZÁLES, 2006; PRESTES, 2007; 2009). No caso do saber propiciado pelo domínio da alfabetização, a grande pergunta, do ponto de vista da inclusão e na recuperação da dignidade humana, continua sendo: “Quais os benefícios adquiridos por esse indivíduo que consegue aprender a ler e a escrever?”.

Essa questão, aplicada aos campos da pedagogia e da educação, significa um processo social de fazer, de dar forma e de transformar experiências sociais em situações, em mudança, em um período de tempo mais curto ou mais longo, significa a capacidade

adquirida pelo indivíduo para atender certos requisitos oriundos da educação formal, informal e não formal. Também pode ser pensada como organização de processos em um nível mais elevado, isto é, em uma estrutura do tempo e de sentido capaz de organizar experiências, interpretação, memória, e expectativa no “gestalt narrativo” da história de vida. (ALHEIT & DAUSIEN 2006).

Atualmente, o conceito de aprendizagem se expande, assumindo, em alguns casos, compreensões sobrepostas com as teorias tradicionais e, em outros casos, tentando explorar novas possibilidades que incluem outras dimensões da relação aprendizagem e desenvolvimento. Estas últimas concentram-se nas condições ou na capacidade do ser humano de lidar na cotidianidade com diferentes desafios presentes e também se tornar mais capacitado para lidar com aqueles que virão (ILLERIS, 2013).

Apesar da alfabetização e da escolarização serem, do ponto de vista das exigências educativas globalizadas, bastante limitadas, não devem ser desprezadas como pontos iniciais de um processo evolutivo. Com efeito, entendemos a aprendizagem como qualquer processo capaz de provocar mudanças permanentes ou transitórias em qualquer organismo vivo, com destaque para os seres humanos. No caso dos seres humanos, este entendimento inclui os processos fundamentais para a existência de aprendizagens, quais sejam: o conteúdo, o incentivo e o contexto (aqui compreendido como a condição de expansão humana e social no cotidiano vivido); processos que possibilitem ao indivíduo ampliar a humanização, adotar padrões de justiça, conviver com a diversidade, com a saúde, com a preservação do planeta, com a bioética.

Trata-se de uma relação imbricada entre as necessidades individuais e sociais. Estes processos, em seu conjunto, requerem escolhas e seleções individuais que aqui chamamos de motivação para o desenvolvimento de aprendizagens (ILLERIS, 2013). Conhecer sobre o que motiva pessoas jovens e adultas de baixa ou nenhuma escolaridade a buscarem aprendizagem escolar (alfabetização); se elas estão conseguindo, ao aprender a ler e escrever, aplicar essa aprendizagem nas suas necessidades cotidianas; se é possível estabelecer uma relação entre alfabetização, satisfação das necessidades cotidianas e processos de inclusão (alargamento de espaços de cidadania), é um assunto ainda pouco discutido.

Estamos compreendendo que a busca de aprendizagens escolares está relacionada às motivações – fator que atua como a força propulsora (desejo) para que uma pessoa se disponha a ser alfabetizada. A aprendizagem, então, atua como uma resposta a uma

situação de insatisfação (não saber ler nem escrever), aqui chamada de necessidade. Entendemos como necessidade situações que privam a autonomia do indivíduo, colocando-o em uma condição de marginalização ou de exclusão (restrição de espaços de cidadania). Segundo Faden e Beauchamp (1986) (apud DOYAL e GOUGH, 1994; 1990), são três as variáveis-chave que afetam os níveis de autonomia individual:

El grado de comprensión que una persona tiene de si misma, de su cultura y de lo que se espera de ella como individuo dentro de la misma; la capacidad psicológica que posee de formular opciones para si misma; y las oportunidades objetivas que le permitan actuar en consecuencia.

Se, no modelo atual de sociedade letrada, não saber ler nem escrever – alfabetização – é condição necessária para afetar os níveis de autonomia do indivíduo para responder as suas necessidades, esta privação (situação de exclusão) pode servir como incentivo (motivação) para a aprendizagem (alfabetização) e para a inclusão (alargamento de espaços de cidadania). Portanto, essas necessidades podem ser as condições necessárias capazes de transformar essa motivação para estudar (estado inicial) em aprendizagem – aquisição de competência para solucionar problemas (GONZÁLES, 2006), ampliando a autonomia e os espaços de cidadania dos indivíduos (inclusão) e fortalecendo as condições de dignidade humana.

Esta consideração nos remete às questões dos desejos e das necessidades dos jovens e adultos de ingressarem nos cursos de alfabetização e de educação continuada para vivenciar novos processos de aprendizagens no âmbito da escolarização.

Aprendizagem e exclusão/inclusão: concretizando desejos e necessidades no cotidiano vivido

Não faz muito tempo que as estatísticas mundiais mostraram a realidade educacional do mundo, povoado por cerca de 875 milhões de pessoas que ainda não sabiam ler nem escrever. Esta situação traz expressões de pobreza e de marginalidade extrema que denuncia um conjunto de exclusões sociais, econômicas, políticas e históricas globalizado, uma vez que a escolaridade não é apenas produtora e reprodutora de capital cultural, mas, sobretudo, criadora de sentido de existência de mundo (BELTRÁN, 2007).

Em termos operacionais, a questão emergente da aprendizagem de jovens e adultos, e sua relação com a exclusão/inclusão social no contexto do vivido podem ser compreendidas pela análise da relação entre a situação atual e a situação desejada, entre

o que existe e o que deveria existir, entre o que foi alcançado e o que deveria ser alcançado, configurando a discrepância entre *o que é*, *o como está* e *o como deve ser*. Ainda que reconheçamos que o problema da exclusão/inclusão seja muito mais visibilizado quando abrange grupos ou coletivos humanos.

Também entendemos que o foco da exclusão, a célula micro desses processos, é o indivíduo. É este sujeito quem vivencia, individualmente, o impacto desses processos includentes/excludentes, seus significados e sentidos nas práxis dos seus projetos de vida, no âmbito pessoal, social e organizacional, e com capacidade de estender-se ou ser reproduzido para outros grupos, como a família.

Em trabalhos por nós realizados (CATÃO, 2001; 2011; CATÃO & GRISI, 2014; PRESTES, 2007; 2009; PRESTES; LUCENA, 2011), como professores e pesquisadores, tivemos a oportunidade de captar depoimentos de pessoas jovens, adultas e idosas analfabetas ou de pouca escolaridade que vivenciavam variadas situações de exclusão/inclusão. Em diferentes ocasiões, por meio de entrevistas e de grupos focais, como também em conversas por meio de atendimentos psicológicos ou observações, estas pessoas deram seus depoimentos denotando processos de exclusão vinculados à desigualdade social, aos direitos e à segurança humana e aos afetos.

Estes depoimentos, que variaram segundo a idade, o espaço em que residiam, o gênero, a ocupação, as condições de vida cotidianas e as formas de mobilidade revelaram os desejos e as intenções dessas pessoas de terem suas vidas modificadas com a aquisição da alfabetização. Desejos estes de melhorarem as suas condições de existência por meio da satisfação de necessidades cotidianas. Desejos de superarem suas inseguranças, seus medos e seus temores (denunciando os processos de exclusão).

Participaram dos depoimentos 95 estudantes, com faixa etária entre 19 a 65 anos, jovens e adultos que, na ocasião das investigações realizadas, frequentavam os programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola, e, também, aqueles que frequentavam a EJA em escolas públicas localizadas em comunidades de baixa renda, na cidade de João Pessoa, Nordeste do Brasil. Estas investigações, tendo como eixo temático o papel da escola/educação para a vida, foram realizadas na segunda metade dos anos 2000 e no transcorrer dos anos 2012/2014, por meio de visitas semanais às escolas em que se ofereciam cursos de EJA. Todos os adultos incluídos nesta amostra permeiam a situação da pobreza, da exclusão social, do trabalho informal, do desemprego, do preconceito, da fome, da falta de infraestrutura, da poluição e dos desastres ambientais.

Nos conteúdos capturados nos diferentes depoimentos, foi possível identificar as necessidades, os sonhos e os desejos desse grupo a partir das indagações: *Aprender, pra que te quero? Alfabetizar-se para quê? O que a escola pode ajudar na vida? O que desejam ou necessitam e como a aprendizagem pode ajudar?* Essas indagações que encaminham as conversas com os adultos. A partir delas, as pessoas começaram a falar de suas dificuldades e limitações, reconhecendo que ser analfabeto dificulta viver o cotidiano de forma mais prazerosa ou aproveitar as poucas oportunidades que se apresentam para aquelas de pouca escolarização.

O trabalho foi um tema de destaque tanto para as pessoas do sexo masculino como feminino. Um dos entrevistados, com mais de 50 anos, comenta a necessidade de aprender a ler e escrever para melhorar o tipo de trabalho e os salários. Por isso, complementa: *“O tempinho que eu tenho eu quero está aqui, para poder melhorar, conseguir aprender a ler”*. Outra aluna, com mais de 40 anos e que trabalha como doméstica, também comenta sobre aproveitar as oportunidades de aprender e melhorar as possibilidades de trabalho dizendo: *“Minha amiga conseguiu um trabalho com vendas em um shopping center da cidade, eu posso um dia trabalhar dessa forma também, pois trabalhar como doméstica não é sonho de ninguém”*.

Todas as pessoas sonham em aprender, mesmo quando mencionam as limitações da idade ou quando recordam as dificuldades que tiveram de aprender quando jovens *“principalmente porque trabalhava muito e estava sempre cansada, preferindo não ir à escola”*. Mas, agora, apesar das dificuldades em aprender a ler e escrever, é importante ser alfabetizada *“porque é feio e constrangedor uma pessoa que não sabe assinar o nome”*. Com base nestes sonhos e sobre as possibilidades de aprender “ao longo da vida”, a equipe comenta, citando os ensinamentos de Vygotsky, sobre o aprendizado e o desenvolvimento contínuo (VYGOTSKY, 1999; 2004), incentivando os seus processos de aprendizagens e de superação de dificuldades.

De forma geral, no grupo das pessoas com mais de 50 anos, por exemplo, a vontade de aprender a ler ou de ter uma maior escolaridade parece mais localizada nas condições concretas e cotidianas de suas existências. Para elas, sobretudo as pessoas analfabetas, o importante é adquirir a habilidade de “ler e escrever um pouco”, pois sustentam a crença de que as suas vidas já estão traçadas e que, por isso, não há mais necessidade de prosseguirem com os estudos. As próprias condições biológicas aliadas a sua situação mental subjetiva são fatores que tendem, segundo eles, a limitar as

perspectivas de ampliação de aprendizagem, pois: *“não dá pra aprender como a gente aprendia antes”*.

“A gente tá velho demais pra aprender como menino novo”, retruca uma alfabetizanda, quando questionada sobre as aspirações futuras. Fatores biológicos, psicológicos e culturais propiciam que estas pessoas tenham um grande temor de, concluída a alfabetização com pessoas da mesma faixa etária, mudar de escola e ter de conviver com adolescentes desconhecidos e desrespeitosos, capazes de lhes expor à situação vergonhosa, ridícula ou de agressividade. Eles têm medo da violência existente nas escolas das redes municipal e estadual, que oferecem a educação continuada para os jovens.

Os mais jovens, diferentemente, talvez por vivenciarem outras condições de vida e lerem a realidade por meio de lentes mais generosas, possuem outros estados intencionais; afirmam que querem seguir estudando. Dizem: *“Vou estudar porque ainda sou moço, tenho muita vida pela frente”*. Muitos são conscientes de que a escola não garante emprego, mas sem ela tudo fica mais difícil. Por isso, afirmam ter interesse em continuar os estudos e aprender coisas novas, como informática, matemática, uma arte ou uma profissão definida; têm interesse, inclusive, de concluir o ensino fundamental e médio, e até fazer um curso superior.

O orgulho e a satisfação nos exemplos de familiares, que lutaram e venceram também se encontram presentes nas narrativas, incentivando a continuação dos estudos. *“Meu irmão aprendeu a ler e escrever naquela escola fez os supletivos e hoje estuda na UFPB fazendo um curso superior, este é o caminho, e que qualquer um aqui pode, pois, se o meu irmão conseguiu, eu também posso”*, comenta um entrevistado.

Para outra aluna, as conquistas da filha é motivo de orgulho e de exemplo dos benefícios do estudo: *“Minha filha passou três anos para passar no vestibular; hoje ela tá lá estudando e sendo feliz. Daqui a dois anos, ela se forma em Administração, já trabalha na área dela e tudo... Quando ela não passou nos primeiros vestibulares, eu dizia pra ela não ficar triste porque ela era nova e poderia passar no próximo, imagina se ela desistisse, o que é que ela ia ser hoje?”*. Outra pessoa, adotando uma visão realista, mas otimista, diz que *“a vida é dura pra todo mundo, mas, se a gente lutar pra conseguir, a gente consegue”*. Nesta concepção, o esforço individual surge como a fórmula quase mágica de superação de dificuldade e alcance da melhoria de vida. *“Agora, se tiver preguiça e achar que as coisas vão cair do céu, não dá certo não!”*, confessa uma adulta.

O gênero, quando se trata das pessoas do sexo feminino, se apresentou como um fator limitador de escolaridade, sobretudo quando estas pessoas tiveram de se deparar de frente com as escolhas entre continuar estudando ou assumir um casamento. Algumas das mulheres entrevistadas já haviam ingressado na escola durante a infância e adolescência, mas tiveram que abdicar dessas aprendizagens quando se casaram e realizaram o que consideravam o seu projeto de felicidade. “*Pensei em casar e ser feliz*” declarou uma aluna de 52 anos e que, na ocasião, cursava a educação continuada. Neste caso, o casamento simbolizou a realização pessoal, compreendida como um contato com o mais íntimo do ser humano; a concretização dos sonhos e das escolhas de vida que motivam a existência humana.

Entretanto, com o passar dos anos, a vida muda e se renova. E, nestes processos de renovação, surgem, agora, outras necessidades e motivações para continuar estudando. Muitas das entrevistadas alegaram sentir necessidade de serem mais compreendidas, de melhor compreender o mundo e de ajudar os filhos nas tarefas escolares, coisa impossível para algumas, dada a sua situação de analfabetismo ou de pouca escolaridade. Destaque também foi a “pressão familiar”. As mulheres, principalmente, dizem que seus filhos alfabetizados zombavam das suas incapacidades de ler e, por isso, eram chamadas de “burras”, tornando-as fragilizadas diante da família, com sensação de baixa autoestima.

Mas, ir à escola para aprender a ler ou obter maior escolaridade e conhecimentos, também ajuda nos processos de socialização. Não são poucas as pessoas entrevistadas – homens e mulheres, adultos e idosos – que dizem frequentar a escola por ser um local de lazer, de fazer amigos, de fugir da rotina doméstica. Os colegas, segundo disseram, “*se transformam em uma família*”. Em vários depoimentos, estudar é algo assumido pelos mais velhos como ato de rejuvenescimento, sinônimo de prazer, de distração, atividade criadora de novas amizades e de ocupação positiva da vida.

Nestes casos, os processos de alfabetização e de aprendizagens se conjugam como as possibilidades de ampliar os afetos, e diminuir a solidão e o isolamento daquelas pessoas que necessitam de maior acolhimento. No universo dos iletrados, existe a religião que se transforma em vetor que impulsiona as aprendizagens e a volta à escola. A contingência de ser evangélico e o incentivo dos companheiros ou do pastor propiciam o retorno ou ingresso aos estudos, principalmente das pessoas de mais idade pela “*vontade de ler a Bíblia*”, ou de assumir um cargo hierárquico na igreja, como disse um dos entrevistados: “*Eu quero ser pastor, e, para dominar a palavra de Deus, eu tenho que*

saber ler a Bíblia, bem direitinho. Como é que eu vou querer passar a palavra sem saber ler direito? Uma coisa de cada vez”.

As necessidades cotidianas de locomoção, de se inserir na cidade e crescer, transformar-se e obter maior autonomia é outro fator. As pessoas dizem necessitar aprender para *“ler os anúncios da cidade, dos ônibus”* para melhor se locomover e não depender de outra pessoa para viver a cotidianidade urbana; para evitar vergonhas, como, por exemplo, não entrar no banheiro *“dele”*, ao invés de entrar no banheiro *“dela”*. Esses são alguns aspectos destacados na busca de novas aprendizagens. Também a necessidade de conhecer novas palavras, de melhor se expressar é um fator que se destaca nas entrevistas.

Algumas pessoas comentaram sobre a falta de respeito do público com as pessoas analfabetas, colocando-as em uma situação de restringir em público o uso da fala, *“porque nem as crianças respeitam e todo mundo fala besteira de mim”*. Nos espaços das necessidades, existe, ainda, a vontade pela leitura e escrita para *“escrever cartas para a família”*, ou para ler *“mensagens de amor”*. O uso das tecnologias e das mídias se transforma em um veículo que motiva as pessoas a aprenderem. Estas geram necessidades e se tornam mecanismo relacionado com os benefícios da aprendizagem.

Os mais jovens não negam os benefícios da escola, mesmo alegando que estudar é uma tarefa ingrata. Alguns deles iniciaram por diversas vezes seus estudos escolares e o abandonam, alegando que o fizeram por preguiça e desinteresse. Ainda assim, reconhecem que o estudo é necessário para a inclusão no mundo do trabalho, para uma convivência mais livre e autônoma no cenário urbano e para amenizar a pressão social dos dias de hoje, que cobra das pessoas habilidades cada vez mais relacionadas aos processos escolares ou de aprendizagens. Eles falam de suas dificuldades e limitações, reconhecendo que ser analfabeto ou possuir pouca escolaridade dificulta as poucas oportunidades que se apresentam para se trabalhar ou para se manter no emprego, apesar de serem *“ótimos profissionais”*.

Há de se observar, entretanto, que estas vontades, sejam por quais os motivos, estão ligadas às expectativas de um maior bem-estar e qualidade de vida. Bem-estar e qualidade de vida podem estar associados à realização profissional. Porém, esta não é uma condição suficiente para propiciar a uma pessoa a sensação ou a condição de inclusão. Talvez o conjunto de todos esses motivos apontados como propiciadores de ingresso ou regresso à escola para ser submetido a uma aprendizagem formal encerre algo

mais profundo; talvez signifique o próprio entendimento de dignidade humana. Enfim, é possível não existir um motivo específico para as pessoas procurarem aprender, mas, sim, um conjunto de causas ou motivações relacionadas com as suas escolhas de vida, sintetizado na fala de um adulto de 30 anos, quando se perguntou sobre os motivos de querer aprender: “*só pensei em ser feliz*”.

Conclusões

Não parece haver muitas dúvidas de que as pessoas busquem a sua realização pessoal, almejando, acima de tudo, a felicidade. Sawaia (2010), inspirada em Vygotsky e Espinosa, defende que a emoção e a criatividade são dimensões ético-políticas da ação transformadora. O ser humano possui um grau de potência, uma força interior para se conservar e perseverar na própria existência. Potencializar pressupõe o desenvolvimento de valores éticos na forma de sentimentos, desejo e necessidades (SAWAIA, 2006). Sendo o desejo a própria essência do ser humano, a força que o leva a expandir a sua mente em busca da liberdade e da felicidade. A alegria é o sentimento que temos quando nossa capacidade de existir aumenta.

O aluno que afirmou querer aprender porque só pensava “em *ser feliz*” fortalece o sujeito em suas emoções alegres e que são correspondentes ao conhecimento e à potência de existir/expandir (ESPINOSA, 2009). Nesta perspectiva, a sala de aula chega a cumprir funções que vão muito além de ser um espaço no qual se aprende a ler e escrever, e se transforma em espaços alternativos de possibilidades de melhoria de vida para milhares de pessoas excluídas ou em risco de exclusão: pessoas portadoras de baixa ou nenhuma escolaridade, jovens, mulheres, pessoas portadoras de necessidades especiais, desempregados, idosos, negros e detentos, que necessitam de maior escolaridade e qualificação para se colocarem como cidadãos e como trabalhadores, com mais alegria no mundo.

Da percepção de estar excluído para a certeza de ser excluído, o indivíduo depara-se com a necessidade de construção de outro projeto de vida agora associado a processos de autonomia e de reconstrução da própria identidade com a expansão da mente e da imaginação (CATÃO, 2005; 2013; CATÃO & SAWAIA, 2007). O exercício da imaginação voltado para a questão de resolução dos problemas pessoais possibilitará a expansão pessoal, e a construção de novas realidades individuais e sociais (BALMANT, 2004).

A imaginação, como ampliação da mente, amplia a experiência, permitindo ao sujeito se apropriar da experiência de outros, associar acontecimentos carentes de vínculos racionais, mudar o passado, antecipar o futuro e, assim, promover transformações, como comenta Sawaia (2010), baseando-se em Vygotsky. Para Vygotsky (1999; 2001; 2003; 2004; 2010), a imaginação é o princípio para a criação de todo o novo, em toda a vida cultural e expansão dos conhecimentos.

Dessa forma a alfabetização, como base inicial de expansão da mente e da criação, amplia a capacidade humana de projetar algo mentalmente e de transformá-lo em realidade Balmant (2004) e Sawaia (2010), pelas concretizações das suas necessidades cotidianas.

A alfabetização, ao propiciar aos indivíduos aprendizagens capazes de contemplarem essas necessidades, sejam elas subjetivas ou aquelas decorrentes da evolução e da organização social contemporânea, possibilita que pessoas possam viver com mais segurança o simples cotidiano e realizar as pequenas coisas que as tornam mais felizes e mais humanas: mais incluídas e mais cidadãs. Sem a alfabetização, os indivíduos dificilmente terão condições de contemplarem estas exigências cotidianas e de participar das novas oportunidades advindas das metamorfoses dessa organização em constantes mudanças, aprofundando exclusões e marginalidades.

Assim pensado, é possível aceitar que a aprendizagem ou os processos de alfabetização destinados às pessoas jovens e adultas, de pouca ou nenhuma escolaridade, ampliam as possibilidades de inclusão social, por meio da satisfação das necessidades individuais. Por isso, talvez, como nos ensina Souza (2002), citando Paulo Freire, seja mais humano compreender a alfabetização e as aprendizagens delas decorrentes, sobretudo como a possibilidade de o ser encontrar seus caminhos de humanidade e buscar a felicidade.

A finalidade da educação vai mais além de possibilitar aos cidadãos aquisição de benefícios materiais. Ela deve contribuir com a evolução da vida: possibilitar mudanças, adaptações e transformações; capacidade de autocriação e renovação; competência e conhecimento; acesso a bens de cultura para o indivíduo evoluir, transformando-se em um ser social e humano mais digno e feliz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALHEIT, P.; DAUSIEN, B. Processo de formação e aprendizagens ao longo da vida. **Educação e Pesquisa**, vol. 32, n. 1, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022006000100011>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

BALMANT, F. D. R. **A Imaginação em Vygotsky: princípio para novas construções, para a expansão de conhecimentos e para o desenvolvimento**, 2004.

BELTRÁN, J. L. Salvar las apariencias en la época de la imagen del mundo: percepciones, representaciones e expectativas educativas, In: Marrero, Adriana (org.). **Educación y modernidad hoy**. pp. 247-276, 2007.

_____. Ser para aprender. Los beneficios sociales de la educación a lo largo de la vida. In: Cristina Civera Mollá. **XIII Encuentro Estatal de Programas Universitarios para Mayores. Nuevos tiempos, Nuevos retos para los Programas Universitarios para Mayores**. Valencia: Univeritat de Valencia, pp.10-123, 2013.

_____. Las palabras de la vida: relatos alfabetización, In BELTRÁN, J. **La escuela y sus metáforas. Materiales de Sociología de la Educación**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2014.

BRANSFORD, J.; BROWN A. L.; COCKING, R. (Org.). **Como as pessoas aprendem: Cérebro, mente, experiências e escola**. Carlos David Szlak (tradutor). São Paulo: Editora SENAC, 2007.

CATÃO, M. F. **Projeto de Vida em Construção na exclusão/ Inserção Social**. João Pessoa: UFPB, Ed.Universitária, 2001.

_____. Exclusão/Inclusão Social e Direitos Humanos: Delimitação de um conceito e implicações de uma problemática. In: Tosi, G. (Org.). **Direitos Humanos: História, Teoria e Prática**. João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB, 2005.

_____. O que as pessoas pensam da vida e o que desejam nela realizar? In: KRUTZEN, E.; VIEIRA, S. (Org.). **Psicologia Social, Clínica e Saúde Mental** (p. 75-94). João Pessoa: editora Universitária, UFPB, 2007.

_____. **O ser humano e problemas sociais: questões de intervenção**. Temas em Psicologia. João Pessoa, PB, Brasil. 19(2), p. 459 – 465. 2011.

CATÃO, M. F; GRISI, A. F. Life Project and work as matter of exclusion/inclusion of the elderly person. **Estudos em Psicologia**. 31(2), p Campinas, 2014. p. 215-223. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-166x2014000200007>>. Acesso em 28 dez. 2014.

CATÃO, M. F; SAWAIA, B. *Problemas Sociais e Análise Psicológica*: questões de método. In: **Análise psicológica de problemas sociais concretos: proposições analíticas. Relatório de pesquisa de Pós-Doutorado**, São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em psicologia Social-PUC-SP, 2007

DOYAL, L.; GOUGH, I. **Teoría de las necesidades humanas**. Barcelona: Icaria: Fuhem, 1994.

ESPINOSA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GARCIA, R. **O Conhecimento em Construção. Das formulações de Jean Piaget à teoria de sistemas complexos**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GONZÁLES, C. **O Alfabetización y Competência**. Notas. doc. impresso. Jan. 2006.

ILLERIS, K. (Org.) **Teorias contemporâneas da aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2013.

LENOIR, R. **Les Exclus**, Paris: Seuil, 1989.

MARTINS, V. Como desenvolver a capacidade de aprender. **Entrevistas**. 1997. Disponível em: <<http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=205&rv=Literatura>>. Acesso em 22 dez. 2015.

NEUHOLD, R. S. O conceito de Exclusão e seus dilemas. **Revista Urutágua. Revista Acadêmica Multidisciplinar**. n.5. dez./mar. Maringá: Brasil. Disponível em: <http://www.uem.br/~urutagua/005/19soc_neuhold.htm> Acesso em 03 ago. 2005.

PASTOR, J. M.; PERALTA, C. **La Contribución socioeconómica del sistema Universitario español**. Ministério de Educación, Cultura y Deporte, España, 2012.

PRESTES, E. M. T. Motivações, Necessidades e Aprendizagens na educação de jovens e adultos. **Revista Temas em Educação**. V.16, Editora Universidade, UFPB, João Pessoa, 2007.

_____. Motivações e Aprendizagens na educação de Jovens e Adultos. Uma experiência com o PROJOVEM. **Revista Espaço de Currículo**. V.2. Série 2. Editora Universidade, UFPB, João Pessoa, 2009.

_____. A relação entre a educação de jovens e adultos e as propostas de desenvolvimento na América Latina. **Revista FAEBA**, editora Universidade Estadual da Bahia, Departamento de educação. Volume especial, 2009.

_____. EJA, aprendizagens e a sociedade da informação e do conhecimento. In: PRESTES, E. M. T.; BRENNAND, E.; ROSSI, S. **Comunidade de aprendizagem e educação ao longo da vida**. Editora Universidade, UFPB, João Pessoa, 2012.

PRESTES, E. M. T.; BARBOSA, J. *et al.* **Relatório de Avaliação Diagnóstica da EJA no Estado da Paraíba. Avaliação dos Programas Brasil alfabetizado e Fazendo Escola**. João Pessoa: UNESCO, 2005.

PRESTES, E. M. T.; LUCENA, H. H. Yo, Madalena, analfabeta y encarcelada. Aprendizajes biográficas de mujeres. **Revista Dialogos**. Universidade de Valência, Espanha, 2011.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da exclusão/inclusão. *In*: SAWAIA, B. (Org.) **As artimanhas da exclusão análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social**. São Paulo: PUC-SP, 2010.

SIQUEIRA, A. M. Dignidade da pessoa humana. *In*: **Âmbito Jurídico**. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo_id=8510&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em 11 jan. 2016.

SOLSO, R. L. (Org.) **Ciências da mente e do cérebro no séc. XXI**. Carlos Evaristo dos R. M. C. (trad). Brasília: Editora UNB, 2004.

SOUZA, J. F. **Atualidade de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez Editora; Instituto Paulo Freire, 2002.

VYGOTSKY, L. S. Problemas de método. *In*: **Vygotsky, L. S. A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp.77-99.

_____. **Obras escogidas**. Madrid:Visor, 2001 (Tomo II).

_____. **La imaginación y el arte en la infancia**. Madrid: Akal, 2003.

_____. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Recebido em: 01/02/2016.

Aprovado em: 03/05/2016